

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Ao Senhor Provedor da
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ADAMANTINA
Adamantina - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ADAMANTINA ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ADAMANTINA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com

as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.




Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Araçatuba, 05 de março de 2018



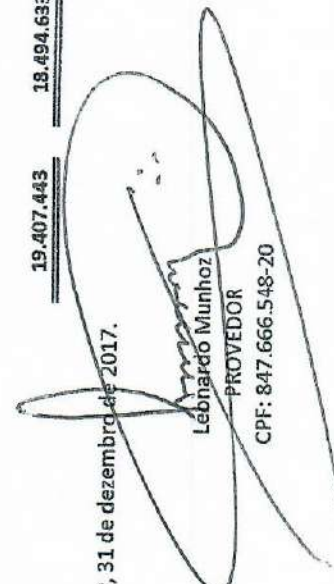
Luis Eduardo Azevedo
Contador CRC 1SP292909/O-6

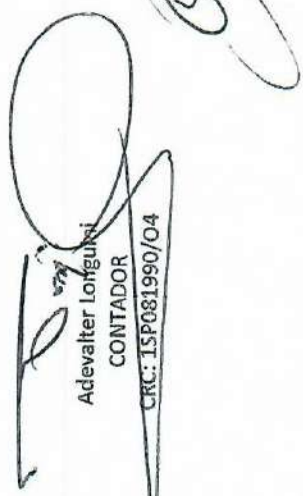
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ADAMANTINA
C.N.P.J – 43.002.005/0001-66

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(valores em reais)

Ativo	NOTAS		Passivo		NOTAS	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5 1.117.619	615.816	Fornecedores	14 1.034.411	455.434	
Créditos	6 1.043.785	713.534	Serviços médicos e terceiros	15 948.358	883.650	
(-) Perdas Estimadas	7 (17.237)	(3.654)	Obrigações trabalhistas	16 1.113.436	1.016.443	
Adiantamentos	8 35.204	12.950	Obrigações fiscais	17 146.219	139.514	
Estoques	9 429.739	417.413	Obrigações sociais	17 36.335	37.590	
Subvenções a Receber	10 3.970.875	4.365.000	Subvenções a realizar	18 4.486.138	4.041.270	
Despesas Antecipadas	11 645	554	Outras Obrigações	19 328.482	264.287	
	6.580.631	6.121.613	Empréstimos e financiamentos	20 202.077	450.000	
				8.295.456	7.288.189	
Não Circulante			Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			Receita Diferida	21 1.579.271	1.388.237	
Créditos-LP	6 99.170	1.165	Provisão para Contingência	22 64.881	60.881	
	99.170	1.165	Empréstimos e financiamentos - LP	1.400.000	-	
				3.044.152	1.449.118	
Imobilizado						
Imobilizado	12 11.148.370	10.983.618	Patrimônio Líquido			
Imobilizado Com Subvenções	12 1.579.271	1.388.237	Patrimônio Social	(2.087.732)	(588.540)	
	12.727.641	12.371.854	Ajuste de Avaliação Patrimonial	10.155.566	10.345.866	
				8.067.834	9.757.326	
TOTAL	19.407.443	18.494.633		19.407.443	18.494.633	

Adamantina SP, 31 de dezembro de 2017.


Lebnardo Munhoz
PROVEDOR
CPF: 847.666.548-20


Adevalter Longuini
CONTADOR
CRC: 1SP081990/O4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ADAMANTINA
C.N.P.J – 43.002.005/0001-66

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Método Indireto)

	2017	2016
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Deficit do Exercício	(2.021.533)	(1.007.420)
Depreciação	468.929	463.735
Doação de Imobilizado	332.041	24.315
Receita Diferida	191.034	239.405
(-) Perdas Estimadas	13.583	(2.524)
Provisão para Contingência	4.000	(5.000)
(=) Resultado Ajustado	(1.011.945)	(287.490)
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante e Não Circulante		
Créditos	(330.251)	331.719
Adiantamentos	(22.254)	(3.139)
Estoques	(12.326)	(54.097)
Subvenções a Receber	394.125	(3.384.500)
Despesas Antecipadas	(91)	364
Créditos-LP	(98.005)	10.122
(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante e Não Circulante	(68.802)	(3.099.530)
(C) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	578.977	151.339
Serviços médicos e terceiros	64.708	(151.298)
Obrigações com funcionários	96.993	103.991
Obrigações fiscais	6.705	9.777
Obrigações sociais	(1.255)	(2.226)
Subvenções a realizar	444.868	3.209.687
Outras Obrigações	64.194	(48.730)
(=) Acréscimo/Decréscimo Passivo Circulante	1.255.190	3.272.540
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C)	174.443	(114.480)
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aquisição do Imobilizado	(902.729)	(421.297)
Baixa Imobilizado	78.013	10.783
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:	(824.716)	(410.515)
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Empréstimos e financiamentos	1.152.077	450.000
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	1.152.077	450.000
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)	501.804	(74.995)
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	615.816	690.810
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	501.804	(74.995)
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	1.117.619	615.816

Leonardo Munhoz
PROVEDOR
CPF: 847.666.548-20

Adevalter Longuini
CONTADOR
CRC: 15P081990/O4

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ADAMANTINA

C.N.P.J – 43.002.005/0001-66

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores em reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Doação de Bens Imobilizado

Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial, incorporado ao Patrimônio Social

Déficit do exercício de 2016, incorporado ao Patrimônio Social

Saldo em 31 de dezembro de 2016

Doação de Bens Imobilizado

Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial, incorporado ao Patrimônio Social

Déficit do exercício corrente - 2017

Saldo em 31 de dezembro de 2017

Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
<u>179.970</u>	<u>10.560.462</u>	<u>10.740.432</u>
24.315		24.315
214.596	(214.596)	-
<u>(1.007.420)</u>		<u>(1.007.420)</u>
<u>(588.540)</u>	<u>10.345.866</u>	<u>9.757.326</u>
332.041	-	332.041
190.300	(190.300)	-
<u>(2.021.533)</u>		<u>(2.021.533)</u>
<u>(2.087.732)</u>	<u>10.155.566</u>	<u>8.067.834</u>


Adevalter Longhini
CONTADOR
CRC: 1SP081990/04


LEONARDO MUNHOZ
PROVEDOR
CPF: 847.666.548-20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ADAMANTINA

C.N.P.J – 43.002.005/0001-66

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em reais)

1. Contexto Operacional

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Adamantina é uma Entidade civil, filantrópica e beneficente, sem finalidade lucrativa, imune de tributação, regendo-se pelos Estatutos Sociais e demais disposições legais. A Entidade tem como finalidade prestar assistência médica e hospitalar.

2. Manutenção Financeira da Santa Casa

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais são provenientes principalmente de:

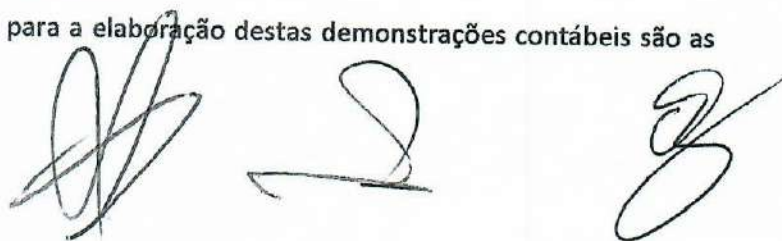
- Diárias, serviços hospitalares e ambulatoriais por atendimento ao SUS, Convênios e Particulares;
- Contratos de prestação de serviços com empresas;
- Auxílios e subvenções dos poderes públicos;
- Donativos e Contribuições de pessoas físicas e jurídicas.

3. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei n. 6.404/76 e alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, que deram início ao processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às novas regras internacionais de contabilidade. Observamos também os dispostos nas novas normas brasileiras de contabilidade, elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, principalmente a ITG 2002 – Entidades Sem Finalidade de Lucro e através de pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Técnicos.

4. Descrições das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações contábeis são as seguintes:



5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os montantes registrados na rubrica caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de Fundo de Caixa, bem como numerários depositados em conta corrente e contas de aplicações junto a Instituições Financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CAIXA GERAL	11.943	20.197
BANCOS - SALDOS DISPONIVEIS	87.318	96.869
APLICACOES COM LIVRE MOVIME	143.913	137.656
TOTAL DE RECURSOS LIVRES	243.174	254.722
BANCOS - SALDOS VINCULADOS	393	81.205
APLICACOES FINANCEIRAS VINC	844.052	279.889
APLICAÇÃO FINANCEIRA COM TÍTULO DE	30.000	-
TOTAL DE RECURSO COM RESTRIÇÃO	874.445	361.094
TOTAL	1.117.619	615.816

6. Créditos

Representam em seus principais valores, os serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS), aos demais Convênios privados, aos contratos de gestão com as Prefeituras Municipais e demais créditos.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
SUS - SISTEMA UNICO DE SAUD	393.558	188.349
UNIMED - COOP.DE TRABALHO M	319.101	106.726
CABESP	9.970	5.242
ASSEFAZ	712	-
IAMSPE	144.923	189.904
CASSI	8.836	7.556
ECONOMUS	5.434	4.018
NOTRE DAME	-	50
SAUDE BRADESCO	5.037	10.060
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR	-	678
GEAP	-	965
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUC	-	8.989
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE	678	46.439
PREFEITURA MUNICIPAL DE INU	1.150	1.017
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAC	1.250	2.300
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLO	-	-
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRA	7.500	4.600
PARTICULAR	3.116	1.558
FACULDADES ADAMANTINESES IN	21.000	8.925
CHEQUES RECEBIDOS A COMPENS	900	3.414
CHEQUES DEVOLVIDOS	1.075	1.050
LEILÃO A RECEBER 2015	3.280	3.820
LEILÃO A RECEBER 2016	2.370	117.875
LEILÃO À RECEBER 2017	100.600	-
IMPOSTOS A RECUPERAR	8.495	-
AÇÕES DE COBRANÇA DE CLIENTES A	4.800	-
TOTAL	1.043.785	713.534

7. Perdas Estimadas

A entidade em 2017 constituiu provisão para possíveis perdas em seus créditos a receber, em atendimento às normas contábeis, em virtude de ter efetuado os lançamentos de acordo com os recebimentos futuros.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
(-) PROVISAO PARA DEVEDORES	- 17.237	- 3.654
TOTAL	- 17.237	- 3.654

8. Adiantamentos

Refere-se a adiantamentos de salários e férias de funcionários, bem como os adiantamentos junto a fornecedores.

9. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição de materiais alocados no almoxarifado que não excede o valor de mercado.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ALMOXARIFADO	110.412	131.207
FARMACIA	98.913	84.799
C.A.F.- CENTRAL DE ABASTEC.	214.668	196.988
SND - SERVICO DE NUTRICA O E	5.746	4.419
TOTAL	429.739	417.413

10. Subvenções a Receber

Corresponde às subvenções federais, municipais e estaduais que serão recebidas no próximo exercício.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
SUBVENCOES FEDERAIS	2.505.000	1.805.000
SUBVENCOES ESTADUAIS	1.393.875	1.842.750
SUBVENCOES MUNICIPAIS-P.M.A	-	615.250
SUBVENCOES MUNICIPAIS-P.M.L	72.000	72.000
SUBVENCOES MUNICIPAIS-P.M.P	-	30.000
TOTAL	3.970.875	4.365.000



11. Despesas Antecipadas

Refere-se aos prêmios de seguros e demais despesas a apropriar.

12. Imobilizado

A Entidade realizou, em 2010, a avaliação de seu Ativo Imobilizado, com o objetivo de estabelecer o custo atribuído aos itens avaliados, com a finalidade de reeditar os valores dos bens, constantes no Ativo imobilizado, corrigindo eventuais distorções entre o valor de mercado e o atualmente constante na contabilidade.

Descrição	31/12/2016	Aquisição	Baixa	31/12/2017
TERRENOS	5.100.000	-	-	5.100.000
EDIFICIOS HOSPITALARES	5.800.000	-	-	5.800.000
VEICULOS	7.200	500	(7.200)	500
INSTALACOES	-	260.735	-	260.735
INSTRUMENTAL DE CIRURGIA	-	51.178	-	51.178
MOVEIS E UTENSILIOS	478.830	25.902	(7.450)	497.282
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	72.279	379	(1.288)	71.370
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	252.609	14.438	(523)	266.524
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS HOS	1.807.239	147.264	(24.119)	1.930.383
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	1.217	-	-	1.217
MOVEIS E UTENSILIOS - SUBVE	195.348	50.294	-	245.642
MAQUINAS E EQUIP. HOSPIT. -	1.405.223	319.744	(47.267)	1.677.700
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - S	166.939	-	-	166.939
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	21.596	31.088	-	52.684
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIV.	-	1.207	-	1.207
Total	15.308.480	902.729	(87.847)	16.123.362

Descrição	31/12/2016	2.017	Baixa	31/12/2017
DEPREC.ACUMULADA - EQUIP.DE	(1.053)	(30)	-	(1.083)
DEPREC.ACUMULADA - EQUIP.DE	(49.784)	(4.931)	1.997	(52.719)
DEPREC.ACUMULADA-MAQUINAS E	(100.762)	(15.466)	-	(116.228)
DEPREC.ACUMULADA-MAQ./EQUIP	(1.267.264)	(129.503)	472	(1.396.295)
DEPREC.ACUMULADA - MOVEIS E	(309.385)	(37.192)	3.737	(342.841)
DEPREC.ACUMULADA - EDIFICIO	(803.880)	(114.840)	-	(918.720)
DEPREC.ACUMULADA - INSTALACOES	-	(4.100)	-	(4.100)
DEPREC.ACUMULADA - VEICULOS	(3.627)	(42)	3.627	(42)
DEPREC.ACUMULADA-MAQUINAS E	(26.075)	(7.673)	-	(33.748)
DEPREC.ACUMULADA-MAQ./EQUIP	(357.011)	(130.697)	-	(487.707)
DEPREC.ACUMULADA-MOVEIS E U	(16.216)	(19.190)	-	(35.406)
DEPREC.ACUMULADA-EQ INFORMA	(1.569)	(5.266)	-	(6.834)
Total	(2.936.625)	(468.929)	9.833	(3.395.721)
Liquido	12.371.854		(78.013)	12.727.641

13. Passivo Circulante e Não Circulante

Estão registrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos monetários incorridos até a data do balanço.



14. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, e são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no curso normal dos negócios, por até 12 meses.

Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelos valores mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Na prática as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

15. Serviços Médico e Terceiros

Refere-se a recursos a serem repassados aos médicos pelos serviços prestados junto ao SUS (Sistema Único de Saúde) e a convênios Particulares, assim como, serviços prestados por terceiros.

16. Obrigações trabalhistas

Demonstrados nesse subgrupo, os valores dos salários dos funcionários a ser pagos no mês seguinte, direito de férias adquiridos pelos funcionários e seus respectivos encargos trabalhistas, e diversos valores descontados de folha de pagamento que serão repassados.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
SALARIOS A PAGAR	351.372	334.194
PROVISAO PARA FERIAS	702.452	625.918
PROVISAO DE FGTS PARA FERIA	56.194	50.071
PROVISAO DE PIS PARA FERIAS	-	6.259
FERIAS A PAGAR	3.418	-
PROVISAO DE PIS PARA 13 SAL	-	-
TOTAL	1.113.436	1.016.443

17. Obrigações Sociais e Fiscais

Refere-se a valores retidos de funcionários, fornecedores e prestadores de serviços a título de impostos e contribuições, que a Entidade deverá recolher em 2018.

18. Subvenções a Realizar

É registrado nesse subgrupo, na rubrica denominada Subvenções a Realizar a diferença entre os valores recebidos referentes às subvenções e às despesas já realizadas pela Entidade.



19. Outras Obrigações

Refere-se a demais obrigações a serem liquidadas em 2018.

20. Empréstimo e Financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecida no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base em uma taxa de juros efetiva.

21. Receita Diferida

Conforme determinam as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente a NBC TG 07 Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções destinadas a investimentos, deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre a realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do mesmo.

Desta forma, a Entidade reconhece mensalmente como receita de subvenções para investimento, em conta de resultado, o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado que em 2017 foi de R\$ 162.824,90.

22. Provisão para Contingências

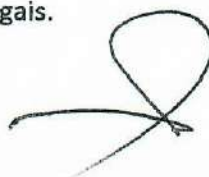
As provisões judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

23. Receitas

As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao regime de competência, e são provenientes de atendimento hospitalar a pacientes particulares, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade mantém convênio, sendo em sua maior parte com o SUS.

24. Despesas

As despesas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência e foram apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais.



25. Atendimento ao SUS

A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ADAMANTINA, em atendimento ao artigo 4º da Lei nº 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto 7.300/2010 e Portaria MS 834/2016, apresentou em 2017 percentuais de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS (Sistema Único de Saúde) superior a 60% do total de sua capacidade instalada.

Em 2017, atingiu o percentual de 85%, conforme tabela a seguir.

Atualização do CNES (mais recente):			09/02/2018		Competência Apresentação (Ano):			2017			
Competência			Internação					Ambulatório			% SUS Mensal
Mês / Ano			SUS		Não-SUS		% SUS	SUS	Não-SUS	% SUS	
			Qtde.	Paciente-Dia	Qtde.	Paciente-Dia	Internação	Qtde.	Qtde.	Ambulatório	
Janeiro	-	2017	275	1.121	74	148	88,34%	15.110	2.988	83,49%	88,34%
Fevereiro	-	2017	247	917	79	154	85,62%	15.076	2.572	85,43%	85,62%
Março	-	2017	335	1.247	107	235	84,14%	16.333	3.316	83,12%	84,14%
Abril	-	2017	313	1.330	96	243	84,55%	15.527	2.883	84,34%	84,55%
Mai	-	2017	310	1.282	108	310	80,53%	17.021	2.778	85,97%	80,53%
Junho	-	2017	279	1.110	97	271	80,38%	15.586	2.813	84,69%	80,38%
Julho	-	2017	316	1.318	104	277	82,63%	15.225	2.546	85,67%	82,63%
Agosto	-	2017	294	1.149	120	326	77,90%	16.074	2.893	84,75%	77,90%
Setembro	-	2017	295	1.285	104	313	80,41%	16.440	2.944	84,81%	80,41%
Outubro	-	2017	357	1.397	106	378	78,70%	16.315	2.909	84,87%	78,70%
Novembro	-	2017	347	1.345	106	309	81,32%	20.106	2.511	88,90%	81,32%
Dezembro	-	2017	288	1.089	130	294	78,43%	19.480	2.491	88,66%	78,43%
Total (SEM INCENTIVO)			3.656	14.570	1.231	3.258	81,73%	198.273	33.644	85,49%	81,73%

No Plano de Ação Regional (Portaria MS 1.970/2011 - Artigo 33), preencha caso a entidade possua:

I - Atenção obstétrica e neonatal:

II - Atenção oncológica;

III - Atenção às urgências e emergências;

IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e

V - Hospitais de Ensino

Sim / Não	Máximo	Obtido
Sim	1,50%	1,50%
Não	1,50%	0,00%
Sim	1,50%	1,50%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%

Percentual de Atendimento ao SUS - TOTAL - no ano 2017 foi de: 85%

26. Isenções Previdenciárias e Imunidades Tributárias usufruídas

De acordo com o Art. 150 da Constituição Federal, a entidade é imune dos impostos sobre patrimônio e renda. Além disso, é considerada isenta de contribuições de acordo com o Art. 195 da Constituição Federal pois atende ao disposto na Lei 12.101/2009 e no Decreto 7.300/2010.

Em atendimento à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros e também ao artigo 30 da Portaria MS 834/16, estão demonstrados a seguir os valores relativos à imunidade e isenções usufruídas pela Entidade durante o exercício de 2017, como se devidos fossem:

Imunidade	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda	328.050,61	-
Contribuição Social	190.107,33	-
Cofins	528.075,91	-
ISS	528.075,91	-
Total de Imunidade	1.574.309,75	-
Isenção	31/12/2017	31/12/2016
INSS - Cota Patronal	1.808.667	1.689.507,00
PIS Sobre Folha de Pagamento	58.836	-
Total de Isenção	1.867.504	1.689.507,00
Total de Isenção e Imunidade Tributaria	3.441.813	1.689.507

O Impostos de Renda, Contribuição social, Cofins e ISS, não estão sendo demonstrado de forma comparativa pois a Entidade iniciou a contabilização a partir de 2017, sendo que nos exercícios anteriores tinha apenas efeito de divulgação em nota explicativa.

27. Trabalho Voluntario

De acordo com a ITG 2002, item 19, o valor de trabalho voluntário é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa.

Durante o exercício de 2017, foi realizado a mensuração dos trabalhos voluntários com base nas horas dispendidas, avaliada pelas taxas horárias médias praticadas por esses profissionais.

Cargo	Dia/ Semana	Horas/ Dia	Dias/ Mês	Horas/ Mês	Mês/Ano	Total/ Ano
Provedor	5	2	20	40	12	480
Vice Provedor	3	1	12	12	12	144
Tesoureiro	5	1	20	20	12	240
Conselho Fiscal 3 membros		6			6	6
Total Exercício 2017				72		870

	2017		
	Horas	Valor H	Valor
Provedor	480	100,00	48.000,00
Vice-Presidente	144	80,00	11.520,00
Tesoureiro	240	85,00	20.400,00
Conselho Fiscal 3 membros	6	70,00	420,00
Total	870		80.340,00

28. Subvenções e Doações

As subvenções destinadas ao custeio foram contabilizadas em conta de outras receitas operacionais.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Subvenções Municipal	1.649.557	1.649.557
Subvenções Estadual	70.672	70.672
Incentivo a Contratualização	4.054.072	3.858.753
Integrasus	616.984	526.261
Receita de Doações e Eventos	394.929	446.656
TOTAL	6.786.214	6.551.899

29. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, considerando os superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como ajuste de avaliação patrimonial e ajustes de exercícios anteriores. No exercício de 2017 está demonstrado no Patrimônio como positivo a importância de R\$ 8.067.834.

30. Resultado do Exercício

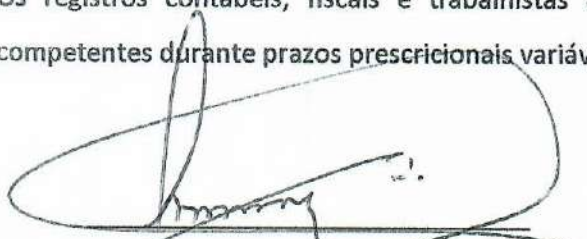
O Déficit do exercício de 2017, no montante de R\$ (2.021.533), após a apreciação pela Assembleia Geral, será integrado ao patrimônio da Entidade.

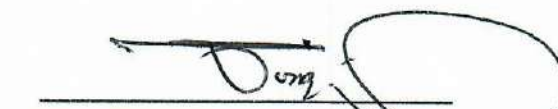
31. Cobertura de Seguros

Os imóveis da Entidade estão cobertos por seguros contra sinistros (incêndio e riscos diversos), conforme apólice de seguros, devidamente contabilizadas em contas de compensação de acordo com a legislação.

32. Outras Informações

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoantes à legislação específica aplicável.


Leonardo Munhoz
PROVEDOR
CPF: 847.666.548-20


Adevalter Longuini
CONTADOR
CRC: 1SP081990/04

